

Ordem econômica e financeira

↳ A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social.

▷ **PRINCÍPIOS DA ORDEM ECONÔMICA:** soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade, livre consciência, defesa do consumidor, defesa do meio ambiente, redução das desigualdades, tanto regionais quanto sociais, busca de pleno emprego, tratamento favorecido às empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e adm. no País.

▷ **Súmula vinculante 49:** "Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área".

▷ o Estado poderá explorar atividade econômica quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou relevante interesse coletivo.

▷ As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

▷ A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário de lucros.

▷ É inadmissível, no sistema da Constituição de 1988, que norma de constituição estadual proíba, no estado-membro,

bro, que este possa reordenar, no âmbito da própria competência, sua posição na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidas av, sem qualquer necessidade, exploradas no setor público.

▷ A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas na lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar da população.

▷ o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, registráveis no prazo de até 20 anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização sera definida em lei.

▷ A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas pl cumprimento de requisitos relacionados à sua função social.